

Os 50 anos da
Legalidade
em imagens



Os 50 anos da
Legalidade
em imagens

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Pública do Estado do RS, Brasil)

R585c Rio Grande do Sul

Os 50 anos da legalidade em imagens / Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital. Diretoria de Jornalismo ; organizado por Claudio Fachel e Camila Domingues. -- Porto Alegre : CORAG, 2011.

84 p.

ISBN: 978-85-7770-125-4 (Corag)

1. Brasil - História. 2. Legalidade. 3. Política – Brasil. 4. História – Rio Grande do Sul. I. Fachel, Claudio. II. Domingues, Camila. III. Kunze, Carla. IV. Samuel, Felipe. V. Título.

CDU: 981:32

Bibliotecária responsável: Morgana Marcon, CRB-10/1024

Os 50 anos da
Legalidade
em imagens

2011



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL
SECRETARIA DA CULTURA**

Coordenação do projeto da Diretoria de Jornalismo

Dica Sitoni e Ulisses Nenê

Organização e pesquisa

Claudio Fachel e Camila Domingues

Seleção de imagens

Camila Domingues, Claudio Fachel e Eduardo Seidl

Banco de imagens

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Museu da Comunicação Hipólito José da Costa
Museu da Brigada Militar
Agência RBS

Projeto gráfico

Camila Domingues

Redação dos textos

Carla Kunze e Felipe Samuel

Revisão dos textos

Márcia Fernanda Martins

Revisão Histórica

César Daniel de Assis Rolim
Daliana Mirapalhete

Assessoria das diretorias de Publicidade e Relações Públicas

Christel Fank, Deisi Conceição da Silva, Fabrício Ungaretti,
Pedro Marques e Tânia Almeida

Apresentação	7
Prefácio	9
Contexto histórico	13
O povo nas ruas	18
Nos porões da Legalidade	28
Ousadia, barricadas e trincheiras	38
Contraordem e resistência no Sul	48
A volta de Jango	58
Repercussão na imprensa	68
90 anos do Palácio Piratini	76

Apresentação

O Movimento da Legalidade foi um episódio da história brasileira que ocorreu após a renúncia de Jânio Quadros da Presidência do Brasil, em 25 de agosto de 1961, e que reuniu diversos setores da sociedade defendendo a posse do vice-presidente, João Goulart, conforme previa a Constituição. O então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, iniciou este movimento de resistência pregando a legalidade, ou seja, a posse de João Goulart, o Jango, que se encontrava em viagem à China quando Jânio Quadros renunciou. Na defesa da Constituição, Brizola requisitou os equipamentos da Rádio Guaíba, da Companhia Jornalística Caldas Junior, e passou a transmitir os seus discursos da rede da legalidade, que funcionava nos porões do Palácio Piratini.

Nos 12 dias do período, a área central de Porto Alegre foi palco de grandes manifestações da população, ações da Brigada Militar para evitar um provável bombardeio, discursos inflamados do governador Brizola e encontros políticos. Os gaúchos, durante o Movimento, afirmaram ainda mais a cidadania e a sua vocação democrática.

O objetivo deste é oferecer, principalmente, aos estudantes pertencentes às redes estaduais de Ensino Fundamental e Médio, a história em imagens (fotos, capas de jornais e revistas e demais documentos) daqueles dias. A publicação tem fotos históricas, como a do Leonel Brizola, com a metralhadora na mão e um cigarro na boca, de autoria de um fotógrafo da Fatos e Fotos.

Para compor o Banco de Imagens deste livro, foi feita uma pesquisa no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, onde se encontram os acervos de revistas e jornais editados na época: Fatos e Fotos, Folha da Tarde, Manchete, Mundo Ilustrado, O Cruzeiro, Revista do Globo, Última Hora-RS.

Lembramos que a “Folha da Tarde”, que foi impressa até 1983, era um jornal da Companhia Jornalística Caldas, empresa adquirida em 1984 pelo empresário Renato Bastos Ribeiro, que instaurou o Sistema Guaíba-Correio do Povo e, posteriormente, comprada por Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus. Já, o jornal Última Hora-RS, que circulava na época do Movimento da Legalidade, foi o precursor do jornal Zero Hora, do grupo RBS. Os dois foram extintos.

Prefácio

No início dos anos 60, o Ocidente tinha descoberto a China.

Naqueles anos, a China já tinha um bilhão de habitantes e embora existissem muitos marginalizados, ainda assim, era um gigantesco mercado consumidor, o que despertava o interesse comercial de muitas outras nações.

Mas o que haveria de surpreendente nessa informação? Afinal, a China, hoje, é o maior emergente econômico do mundo e em 2010 ultrapassou a Alemanha na lista dos dez países mais ricos, ficando em terceiro lugar. Na década de 1960 havia uma separação rígida entre os países de orientação comunista e capitalista. As relações eram tensas, havia muita desconfiança e receios de um bloco em relação ao outro. Assim, uma simples visita de representantes de um estado a outro estado cuja orientação política fosse diferente da sua, não era algo comum e era motivo de alerta e de especulações. De fato, a China não mantinha relações diplomáticas, ou apenas comerciais, com muitos países do Ocidente, nem mesmo com outras nações comunistas e isso só foi modificado, com alguma relevância, em meados da década de 1970. Podemos dizer que essa particularidade nas relações exteriores da República Popular da China, em 1961, interferiu gravemente na história do Brasil, e marcou o Estado do Rio Grande do Sul, de forma que jamais poderemos esquecer e cujas consequências, que são muitas, convivem conosco até hoje.

À época o nosso presidente era o senhor Jânio Quadros. Ele fora eleito pelas classes conservadoras do País, naquele tempo ainda identificadas como “de direita”. Embora não fosse filiado ao partido, sua candidatura à presidência foi preparada com o apoio da União Democrática Nacional, a UDN, de posições tradicionais que guardava os interesses das classes ricas. A UDN era contrária às mudanças defendidas pelos trabalhadores e social-democratas.

Porém, o que ninguém esperava é que eleito, Jânio Quadros fizesse um governo progressista e nacionalista (embora não fosse tão inesperada uma mudança repentina, afinal, ele era um homem polêmico).

Os partidos de esquerda, representantes das classes populares, trabalhadoras, a rigor,

estavam satisfeitos com a gestão de Jânio Quadros, com seu desempenho como presidente, de forma que ninguém poderia imaginar que esse presidente, eleito por uma parte dos homens brasileiros e muito bem visto pela outra parte, renunciaria. Ninguém pensava em sua renúncia, ninguém queria sua renúncia.

A Nação foi surpreendida por aquele gesto: no dia 25 de agosto de 1961, é divulgada a carta de renúncia do presidente Jânio Quadros.

Chegamos, então, às consequências de uma visita diplomática a um país de orientação comunista. Surpreendia a Nação, outra vez, naquele quadro, o vice-presidente João Goulart estar em viagem para a China, chefiando uma missão comercial brasileira.

A constituição era clara. Na ausência do presidente, o vice-presidente assumiria. Mas, nova surpresa, a Nação não podia acreditar no gesto dos ministros militares – eles tinham à frente o ministro do Exército, General Odylio Denny –, que publicaram secamente uma nota: o vice-presidente não pode assumir.

Esses ministros que se opunham a Jango (como também era chamado João Goulart) tinham-no na mira por conta da sua trajetória política e de seu pendor às causas dos trabalhadores. Na década de 1950, João Goulart fora ministro do Trabalho, ao final do governo do presidente Getúlio Vargas. Era um momento de crise, os trabalhadores exigiam reajuste de 100% nos salários e Jango estudava o aumento do salário mínimo, conforme a vontade dos assalariados. Ainda, ele assinou decretos em favor da previdência, ao financiamento de casas. Enfim, os ministros militares, com exagero, acusavam João Goulart de ligação com os ideais comunistas e o viam como uma ameaça ao país, o fato dele estar na China agravou ainda mais essa impressão.

Mas quem são os ministros militares? É tarefa dos militares dizer, informar à Nação quem deve e não deve assumir a presidência, ainda mais depois de uma eleição livre, democrática, pelo voto secreto universal?

Note-se que, naquele tempo, não se votava no presidente somente. Votava-se no presidente e no vice-presidente, de forma separada, tanto é que o presidente João Goulart, que já era vice-presidente na chapa com o Dr. Juscelino, candidato à reeleição, se reelegeu no momento

em que a UDN elegia o presidente, que era o Jânio Quadros. Quer dizer: o presidente era de uma chapa, e o vice era da outra. Então, ainda mais naquele momento, houve um desrespeito frontal à decisão popular, que, pelo voto, tinha reelegido o vice-presidente.

A tese legalista (que defendia o cumprimento da lei constitucional), portanto, era uma tese sem questões a serem discutidas; era uma tese clara, simples, objetiva, que, por isso mesmo, logo caiu na alma popular. Ninguém queria a renúncia do presidente Jânio Quadros, mas, uma vez consumada, por que não assumir o vice-presidente? Para isso existia a vice-presidência; para isso o povo havia votado.

Essa tese levou o Rio Grande do Sul, sob a liderança do governador Brizola, a erguer a chamada rede da Legalidade e a bandeira do respeito à Constituição. Essa tese empolgou. Embora se fizessem acalorados debates, a própria oposição reconheceu que era correto que assumisse o vice-presidente da República.

O movimento surgiu no Rio Grande do Sul, por iniciativa do governador Brizola. No dia 27 de agosto de 1961, Brizola requisitou os transmissores da rádio Guaíba de Porto Alegre, e passou a fazer pronunciamentos a todo país, mobilizando o povo pela defesa da legalidade. Outras emissoras de Porto Alegre e do interior entraram em cadeia. Dos porões do Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, chegou o momento em que o Brasil inteiro estava ouvindo a rede da Legalidade, com o interesse de se informar dos acontecimentos.

Os militares mantinham-se irredutíveis contra a posse de João Goulart como presidente do País, mas a opinião pública era unânime; por isso mesmo, a rede da Legalidade teve tamanha expressão.

O Palácio Piratini, de onde Brizola fazia as transmissões, recebeu ameaças de bombardeio, a ordem dada à Base Aérea partiu do Geisel, que era o general chefe da Casa Militar. O governador Brizola, então, mobilizou a Brigada Militar e a população, dizendo que as pessoas fossem às ruas para defender a posse de Jango.

A solução encontrada para resolver o impasse foi o parlamentarismo, João Goulart assumiria, mas sem poderes. Essa solução foi articulada no Congresso Nacional, através de uma emenda constitucional que alterava o regime de governo brasileiro para o parlamentarismo.

Assim, João Goulart não seria mais um chefe de governo, mas um chefe de Estado. Dois anos depois, em 1963, houve um plebiscito e o povo, novamente, escolheu João Goulart, ao votar pela volta do presidencialismo.

À época do movimento da Legalidade, João Goulart recebeu a notícia, da alteração de regime de governo, como uma saída pacificadora. Ele sempre se agarrou muito nisto: evitar o derramamento de sangue entre irmãos e não deixava de ter sua razão, porque, logo depois, através do plebiscito, conseguiu recuperar todos os poderes.

Porém, as forças contrárias à posse de Jango não deixaram de se articular e essa situação culminou no golpe de estado dado pelos militares, que encerrou, enfim, o governo de João Goulart, no dia 31 de março de 1964, mudando para sempre a história do Brasil, em 21 anos de regime ditatorial.

Aqueles momentos de resistência são recuperados, neste livro, que comemora os 50 anos do Movimento da Legalidade, principalmente através de imagens da época e com depoimentos. Temos muitos motivos para guardar esses 50 anos com carinho e lembrando de suas lições. Documentar essa história, tão viva por conta de sua importância, é também compartilhar com as gerações mais jovens, que não tomaram parte da época, mas participam, hoje, de uma sociedade que é resultado de sua história. Uma boa leitura a todos.

Sereno Chaise*, presidente da CGTEE

* Reeleito deputado estadual em 62 e eleito prefeito de Porto Alegre em 1963, foi cassado pelo regime militar quatro meses depois de assumir. Hoje integra o PT. Preside a CGTEE, empresa de geração térmica de energia do sistema Eletrobras, com sede em Porto Alegre.

Contexto Histórico

O ano era 1961. No mundo, todos acompanhavam a façanha do piloto soviético Yuri Gagarin, primeiro homem a dar uma volta em torno do planeta no Sputnik. As rádios tocavam as músicas dos Beatles, grupo que fez seu primeiro show no Cavern Club, o clube de rock em Liverpool, em fevereiro daquele ano. O bailarino Rudolf Nureyev asilava-se na França. Na Alemanha, no dia 13 de agosto, começava a construção com arame farpado e concreto do Muro de Berlim. E, no Brasil, a renúncia de Jânio Quadros desencadeava uma crise institucional sem precedentes na história republicana do País, gerando o Movimento da Legalidade, uma vez que a posse do vice-presidente João Goulart não foi aceita pelos ministros militares e pelas classes dominantes.

Na época, o sistema eleitoral permitia a escolha do vice-presidente de forma independente das coligações. Assim, Jânio Quadros foi eleito como presidente pelo pequeno PTN (Partido Trabalhista Nacional) com apoio da UDN (União Democrática Nacional), e João Goulart, conhecido como Jango, pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) como vice-presidente. No dia 25 de agosto de 1961, Jânio renuncia à Presidência, depois de praticar uma política econômica e uma política externa que desagradou profundamente os políticos que o apoiavam, setores das Forças Armadas e outros segmentos sociais.

Numa situação de renúncia do presidente, conforme a Constituição Federal, o vice-presidente João Goulart deveria ocupar o cargo. Entretanto, ele se encontrava em missão à China Popular, o que dificultou a posse. Além disso, os ministros militares, liderados pelo Marechal Odílio Denys, Ministro da Guerra, manifestaram diretamente ao presidente do Senado sua disposição de não deixar Jango assumir. A aproximação de Jango com a classe trabalhadora tornou-se pretexto para que fosse considerado um elemento subversivo, vinculado aos comunistas, o que representava, segundo as Forças Armadas, uma ameaça à democracia liberal brasileira.

A defesa da Constituição Federal foi conduzida pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que liderou o Movimento pela Legalidade. Sua administração tinha como prioridade a área da educação: construiu escolas espalhadas por todo o território gaúcho, os pequenos

colégios de madeira conhecidos até hoje como “brizoletas”. A reforma agrária foi outro tema importante em seu governo, sendo um marco o loteamento “Banhado do Colégio”, no município de Camaquã. E, ainda, teve grande repercussão no seu governo, a nacionalização de empresas estrangeiras em setores estratégicos de energia e telefonia.

No ano em que John Kennedy foi empossado presidente dos Estados Unidos e que nascia, em agosto, Barack Obama, atual presidente norte-americano, Brizola convocou, através do rádio, a população para defender a Constituição e recebeu em resposta um significativo apoio. O governador requisitou junto à Companhia Jornalística Caldas Júnior os equipamentos da Rádio Guaíba e com eles montou, no porão do Palácio Piratini, a rede radiofônica conhecida como Cadeia da Legalidade. Foi um fator decisivo na informação e na mobilização da população.

A população atendeu ao chamado de Brizola, que sabia usar o microfone e marcava seus discursos pela ousadia e coragem. A Praça da Matriz, em frente ao Palácio Piratini, tornou-se o centro de convergência para onde todos se encaminhavam. Manifestações de apoio à volta de João Goulart e para assegurar a manutenção da ordem constitucional. Nas ruas, os fotógrafos retrataram passeatas de estudantes, operários e populares. O Palácio Piratini, sede do governo do Rio Grande do Sul, virou uma fortaleza, metralhadoras foram colocadas estrategicamente no telhado, barricadas construídas nas entradas e os quartéis da Brigada Militar em prontidão.

O país estava dividido. Enquanto o governador de Goiás, Mauro Borges, do PSD (Partido Social Democrático), saía em defesa da legalidade, o governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda (UDN), reprimia com violência qualquer manifestação de apoio a Jango. O exército também estava dividido. O Marechal Henrique Teixeira Lott, que havia concorrido na última eleição pela coligação PSD/PTB, defendeu o regime democrático num manifesto à nação clamando a sociedade, e especialmente aos seus camaradas das forças armadas, a preservar a Constituição e a legalidade. O Ministro da Guerra, Marechal Odílio Denys, expôs ao público um cenário no qual agitadores estariam perturbando a ordem pública e, em consequência disso, havia determinado a prisão do Marechal Lott.

O comandante do III Exército, o General Machado Lopes, recebera ordens do Ministro da Guerra para que submetesse o Rio Grande do Sul pela força, se fosse necessário. Em resposta ao ministro, informou que o governador estava coordenando ação para manter a ordem constitucional e que tinha o apoio da Brigada Militar. A situação ficou tensa e Brizola no microfone

da Cadeia da Legalidade faz um discurso contundente, onde confirmava que o Palácio Piratini resistiria em nome do Rio Grande do Sul e do Brasil “pela liberdade, pela ordem jurídica e os direitos humanos contra a violência e contra qualquer tipo de ditadura... Que nos esmaguem! Que nos destruam! Que nos chacinem, neste palácio”!

O Brasil estava à beira de uma guerra civil. E em Porto Alegre, graças à ação de Brizola, uma multidão aglomerava-se na Praça da Matriz, e no resto do Estado, uma mobilização de diferentes grupos sociais. Porém, havia uma grande preocupação sobre a posição do III Exército diante da crise. Para a tranquilidade dos legalistas, o General Machado Lopes comunicou ao governador Brizola que o comando e todos os generais do III Exército haviam decidido não aceitar nenhuma solução para a crise fora da Constituição. A partir desse momento se criou um equilíbrio de forças e, conseqüentemente, condições para uma resistência em todo o país.

Tancredo Neves, político mineiro que tinha sido ministro de Getúlio Vargas, voa ao encontro do presidente em Montevideu com uma proposta: Jango assumiria a presidência em um regime parlamentarista, envolvendo uma mudança na Constituição Federal e formando um novo regime com a inclusão de uma data a ser convocado um plebiscito para escolher pela manutenção ou não do parlamentarista. Jango assume assim a Presidência do Brasil no dia 7 de setembro, em Brasília.

O movimento pela legalidade em 1961 evitou o que seria mais uma tentativa de golpe na frágil democracia brasileira, que já havia sofrido em 1955 uma forte pressão para que os eleitos de então, Juscelino Kubitschek e o próprio João Goulart, não fossem empossados. Mas não evitou o Golpe de 1964. Devemos nos perguntar por quê?

Claudio Fachel, fotógrafo e mestre em História





O povo
nas ruas

Aldo Pinto, ex-deputado estadual e federal

Na condição de universitário e líder estudantil em 1961, Aldo Pinto participou das passeatas e mobilizações estudantis durante o Movimento da Legalidade. Na época, era presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Agronomia da UFRGS, integrava a Federação dos Estudantes Universitários, da União Estadual de Estudantes e da União Nacional de Estudantes (UNE), e recorda de fatos marcantes. “Foi impressionante a participação dos gaúchos no movimento pela Legalidade. Essa é uma tradição do nosso povo, participar das lutas. Havia a adesão da maioria das forças políticas e militares ao movimento: o III Exército aderiu, o presidente da assembleia aderiu, até o arcebispo aderiu”, relata Aldo Pinto. Para ele, a participação dos centros acadêmicos foi muito importante, a liderança dos presidentes das entidades foi espetacular e protagonizou a mobilização não só dos estudantes, mas da população em geral. “O movimento estudantil da época era muito politizado, discutíamos a situação do ensino no Brasil, éramos engajados nas discussões políticas do país, e por isso éramos fortes e conseguimos criar essa consciência nos colegas e arrematar o apoio que o Leonel Brizola precisava naquele momento”, lembra Aldo Pinto. Ele recorda que as lideranças das faculdades de todo o Estado estavam unidas em torno do movimento e chegavam, então, estudantes de todos os lugares do RS. “Passávamos recolhendo os colegas nas faculdades e trazíamos eles de carro, de carroça, de caminhão. Eram centenas chegando a todo o momento na Praça da Matriz para apoiar o doutor Brizola”, relembra. Quando a pressão era forte do lado de fora – prossegue Aldo Pinto – pedíamos pra falar com o governador e éramos recebidos pelo doutor Brizola dentro do Palácio. “Ali, ele nos orientava para que se mostrasse a força e a liderança do movimento estudantil de forma equilibrada, com tranquilidade. Era um grande líder e estava sempre disposto a ouvir os estudantes. Isso nos dava força para voltar à praça e manter a nossa posição com firmeza”, ressalta. O ex-deputado estadual e federal (PDT), que também foi candidato ao governo estadual (em 1986), destaca que a Legalidade era um movimento não só pela posse do presidente João Goulart, mas um movimento em defesa da nação. “Isto marcou muito a vida de todos que eram jovens na época e tiveram a oportunidade única de participar. Sem dúvida alguma, de todas as fases da minha vida política, de tudo que fiz em toda a minha vida, aquele episódio da luta pela Legalidade, ao lado do doutor Brizola, foi o mais importante”, define Aldo Pinto.



GOVERNO
CONSTITUCIONAL
CONTRA A FOME E A
MISERIA



Após a renúncia do presidente Jânio Quadros, da janela, o governador Leonel Brizola fala para a população aglomerada na frente do Palácio



A Praça da Matriz, durante a Legalidade, tornou-se o centro de convergência dos movimentos populares











O prédio Mata-Borrão era sede do Comitê Central de Resistência, onde a população se alistava para defesa da Legalidade



COMITE DE RESISTENCIA
DEMOCRATICA

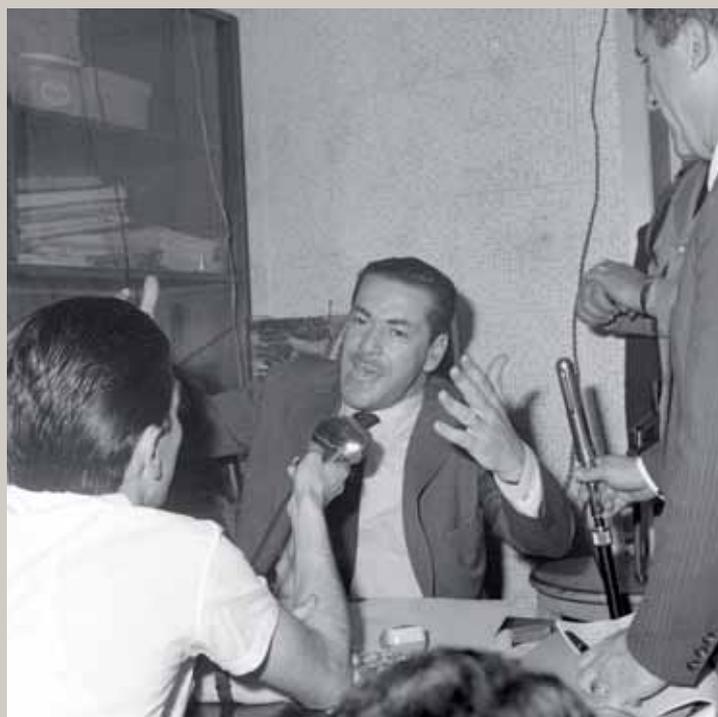
JORNAL MURAL



Nos
porões
da Legalidade

Celso Costa, técnico da Rádio Guaíba

Responsável por colocar a Cadeia da Legalidade no ar, o técnico de áudio Celso Costa teve participação decisiva na instalação das linhas da Rádio Guaíba nos porões do Palácio Piratini. Morador das cercanias do Executivo, Celso – que buscou equipamento pessoal que mantinha em casa – redirecionou o som da rádio para a Ilha da Pintada e montou o aparato para os discursos do então governador Leonel Brizola. “Peguei (em casa) um toca discos de uso doméstico, um amplificador que usava para colocar músicas nos bailes, porque a rádio não tinha um equipamento adequado para a transmissão. Nós tínhamos antena, mas o equipamento que nós tínhamos precisava passar pelo estúdio para ser amplificado. Mas o equipamento potente reserva não tínhamos”, recorda o técnico. Celso conta que instalou o equipamento, o amplificador, toca discos, gravador e microfones. “Voltei para a rádio, levei discos de marchas, só não escolhi direito porque a biblioteca estava fechada. Mais ou menos às 15h ou 15h30min, a rádio estava no ar tocando música direto com o transmissor. Foi praticamente tudo no improviso, os equipamentos, tudo sem ter uma verificação melhor. E eu sozinho”, lembra. Apesar da improvisação nas instalações da rádio, Brizola conseguiu realizar com sucesso a série de discursos direto dos porões do Palácio Piratini. Profissional com diversas atuações em Copas do Mundo e em Libertadores, Celso garante que o episódio da Legalidade supera qualquer cobertura futebolística da qual tenha participado. “Foi um dos maiores acontecimentos do século em matéria de política. Eu presenciei a morte de (Getúlio) Vargas, quando trabalhava na Farroupilha, mas foi muito rápido, tudo aconteceu no centro do país. Também viajei a São Borja por ocasião do sepultamento de Vargas para fazer o serviço para as emissoras associadas de São Paulo. As emissoras daqui estavam fora do ar, haviam sido incendiadas. Foi um momento que mexeu bastante, mas a Legalidade foi mais importante. Não tem nenhum momento da minha carreira que se compare ao movimento da Legalidade”, reconhece. Acostumado com a presença maciça de jornalistas em outros eventos, Celso garante que a campanha pela Legalidade iniciada pelo Palácio Piratini reuniu profissionais de imprensa de vários países. “Foi um movimento feito de improviso que foi dando certo. No momento que a legalidade começou a ser reconhecida no centro do país, naquela mesma noite chegou um monte de correspondentes de agências. A gente notou que vinha num crescendo. No dia 28, quando o III Exército aderiu ao movimento, Porto Alegre tava tomada de jornalistas estrangeiros, da Argentina, do Chile, dos EUA. Muitos chegavam aqui e perguntavam onde era o front da batalha”, resume.



Do microfone da rádio montado no porão do Palácio, o governador Leonel Brizola comandou a Rede da Legalidade







O porão, onde já funcionava o setor de imprensa, tornou-se histórico ao abrigar a Rádio da Legalidade







Acompanhado de uma metralhadora, o governador Leonel Brizola se preparou até o último minuto para resistir

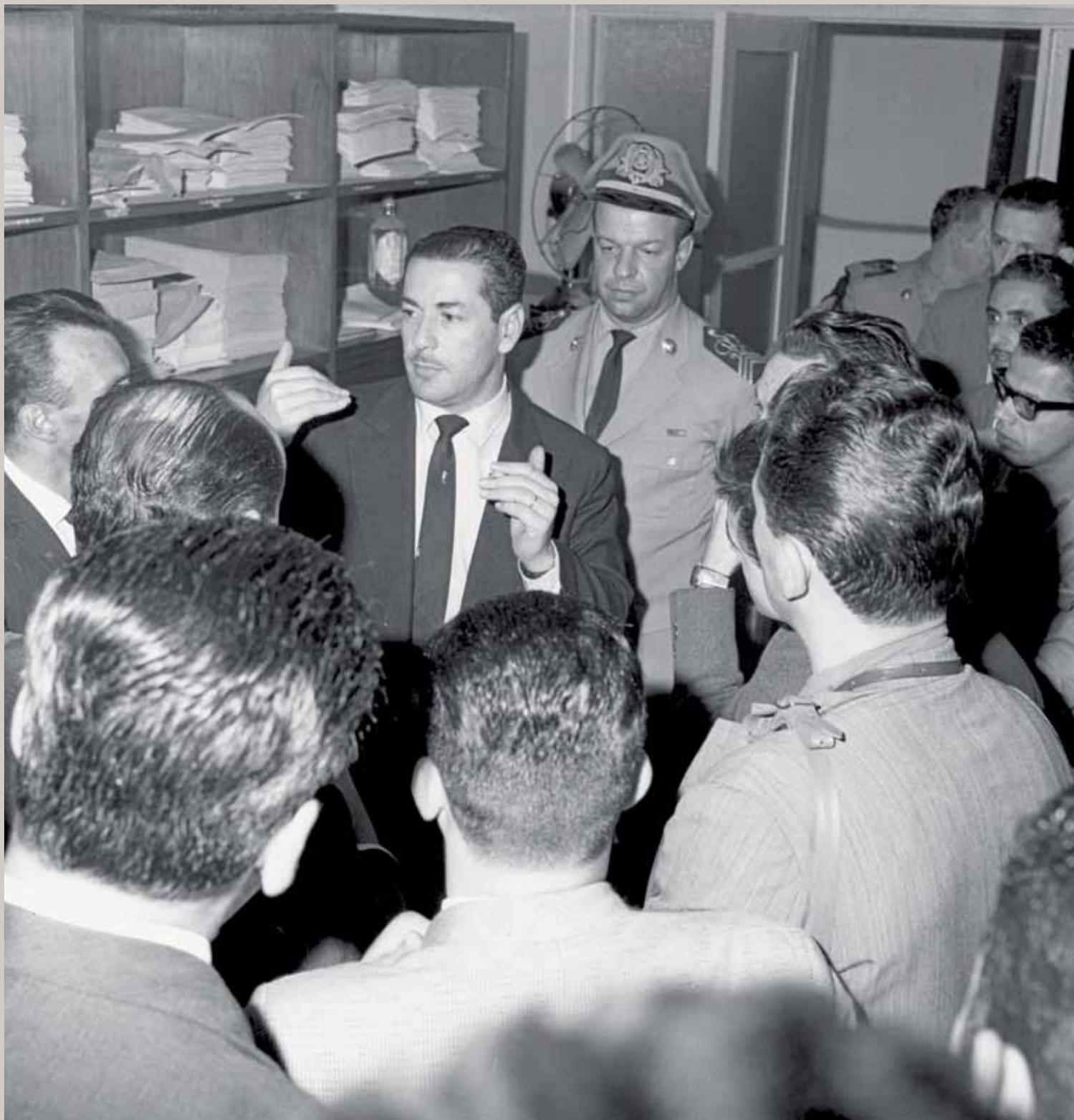


Jango afirma à FSP em Paris: "Regressarei para assumir a Presidência"

1ª FOLHA DE S. PAULO

VETO DOS MINISTROS MILITARES A SOLUÇÃO PARLAMENTARISTA

MILITA



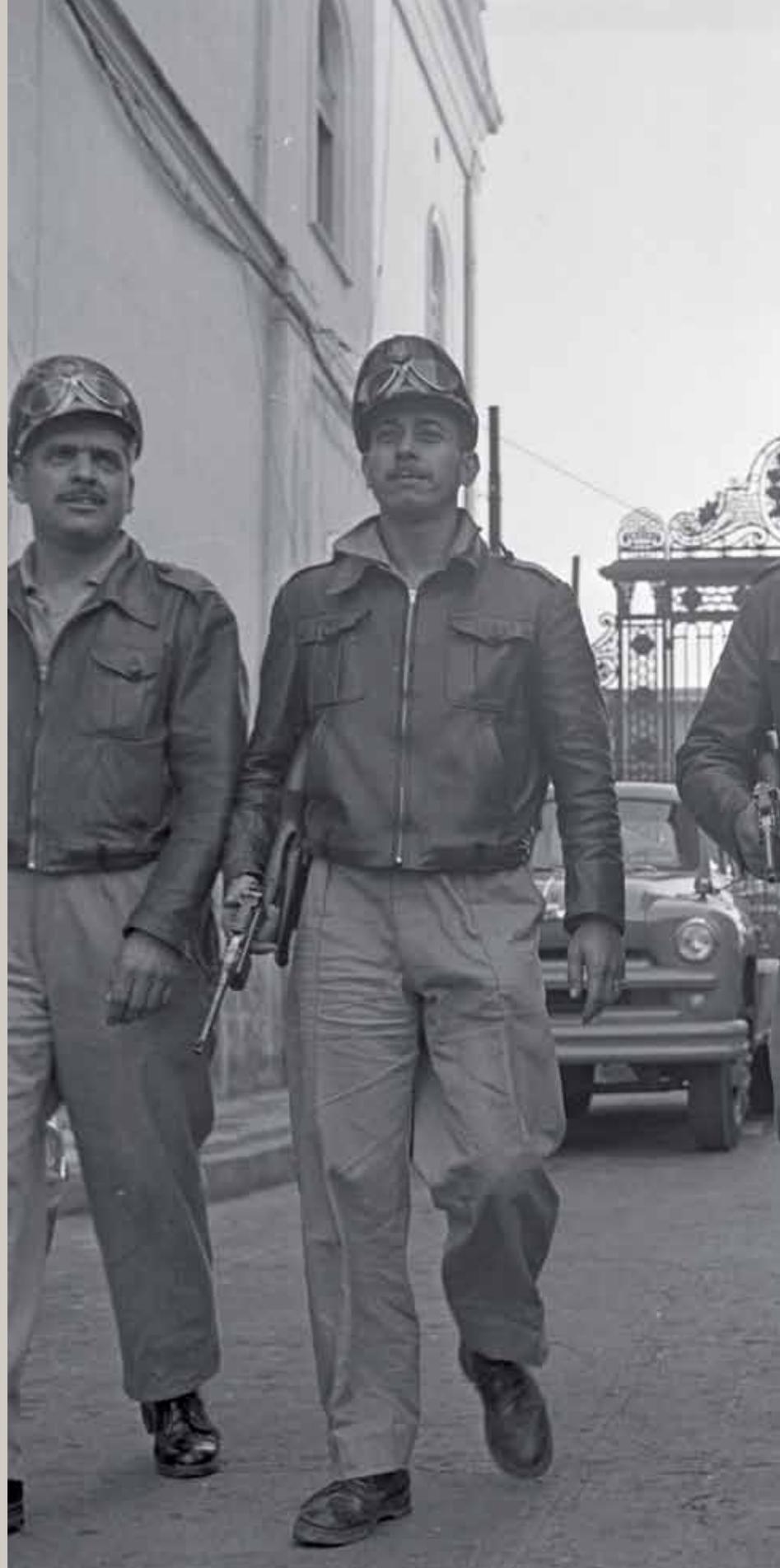


Ousadia,

barricadas e trincheiras

Lauro Hagemann, radialista

Conhecido como o locutor do informativo Repórter Esso, da Rádio Farroupilha, o ex-vereador Lauro Hagemann ‘emprestou’ sua voz para as transmissões da rede da Legalidade. Inconformado com a falta de profissionalismo dos programas, Hagemann apresentou-se ao diretor de comunicação do Palácio Piratini, Hamilton Chaves, e colocou-se à disposição para fazer a locução dos boletins. “As transmissões estavam muito frouxas, porque não havia nenhum profissionalismo naquilo. Era o gabinete de imprensa do Palácio Piratini que estava fazendo aquilo, que tinha apenas um locutor, o Naldo Charão de Freitas. Ele começou a ler as mensagens, mas não podia passar 24 horas lendo aquilo”, destaca. Considerado a voz da Legalidade, Hagemann reconhece seu papel naquele período. “Tenho consciência plena de que a minha contribuição foi dada em caráter especial, excepcional, porque eu era uma voz muito conhecida. Eu acabei dando credibilidade à cadeia da Legalidade”, frisa. Apesar do protagonismo do então governador Leonel Brizola, Hagemann sustenta que o núcleo do movimento ganhou força a partir do trio Homero Simon, Hamilton Chaves e João Bruza Neto. “Eles deram vida ao que se chamou rede da Legalidade. Claro que o Brizola, com a intuição que tinha, o tino político que tinha, viu a coisa, mas não foi ele que inventou isso. Ele já pegou o barco andando, mas pegou bem porque se deu conta do que isso significava”, recorda. E sentencia que se por um lado os integrantes do movimento confiavam no sucesso da Legalidade, por outro desconfiavam das ações do Exército. “Naquele período tudo era dúvida, mas a gente tinha consciência de que estava agindo certo. Claro que esperava dar no que deu, num resultado favorável, mas em certas horas colocamos em dúvida essa certeza. A mobilização dos tanques da Serraria para o centro da cidade e a ameaça de bombardeio do Palácio foram os momentos de maior tensão. Foi um período de muita instabilidade”, lembra. Embora tenha passado a maior parte dos dias ‘enterrado’ nos porões do Palácio Piratini, com uma ‘vaga intuição sobre o que ocorria nas ruas’, Hagemann destaca que o encontro entre Brizola e Machado Lopes sepultou a vitória dos resistentes. “O momento mais importante foi quando o Lopes foi ao Palácio dizer que estava com a Legalidade, porque aí rachou aqueles que trabalhavam contra a nossa ideia. Tiveram que calar o bico e recolher as tralhas. A partir daí, a sociedade se viu fortalecida e ninguém mais segurou ninguém. Ai foi só tocar adiante até a posse do Jango”.

















Todos se mobilizam para
transformar o Palácio numa
trincheira da Legalidade



Contraordem

e resistência no Sul

Coronel Emílio Neme, reserva da Brigada Militar

Considerado o braço direito do ex-governador Leonel Brizola nas movimentações das tropas da Brigada Militar, o coronel da reserva Emílio Neme lembra com orgulho do período em que esteve à frente das negociações com o General Machado Lopes, do III Exército. Além de tomar conta de cada passo de Brizola, o coronel recrutou cerca de 50 policiais para garantir a segurança do Palácio Piratini e dominar a massa que se postava em frente à sede do Executivo. “Foi com o Machado Lopes que tive os embates mais difíceis, pois minha missão era evitar o bombardeio do Palácio. Eu disse que tinha ordens do governador Brizola para atacar a base aérea (Canoas) caso o Exército não desistisse da idéia. Foi com ele que me entendi e que definimos que a tropa do Exército não poderia se mexer em direção ao Palácio, que era necessário dominar a base aérea”, recorda. O coronel Emílio Neme exercia o papel de negociador do governo. Sempre que o governador precisava de alguma coisa ele gritava: chama o Neme. “No caso do Machado Lopes, percebi que ele ia aderir à campanha, pois todos os generais do interior estavam a favor do governador. Ele teve que aceitar”, pondera. Durante a preparação para um possível confronto com os militares, Neme participou da distribuição de armas aos insurgentes. “Os revólveres da Taurus fui eu que mandei buscar e distribuir à população. Tinha muitos companheiros valentes sem nenhum revólver. Iam se defender a tapa? Pedi 300 revólveres da Taurus e sabia para quem eu ia distribuir. O cara com revólver na mão se sente outra coisa, é diferente de enfrentar o Exército dando tapa”, admite. Além dos cuidados com a segurança nos arredores da sede do Executivo, Neme planejou a proteção interna do Palácio. Uma de suas exigências era encontrar um local seguro para Neusa Brizola e seus filhos, que insistiam em acompanhar Brizola. “Concluí que a presença da Neusa e das crianças era uma espécie de convite à morte do Brizola, porque se eles atacassem o Palácio, o que o Brizola faria? Cuidar dele ou se preocupar com a Neusa e os filhos? Ele ficaria com eles. Então eu chamei a dona Neusa e disse para ela: a senhora tenha paciência, a senhora tem que ir embora e levar as crianças daqui!”, relata. Neme lembra que ela não queria ir de jeito nenhum. “No entanto, reconheceu que eu tinha razão, pegou as crianças e se foi. Levou as crianças para a casa da Mila Cauduro, que era grande amiga dela. Mas em seguida ela retornou e me disse: ‘fiz o que tu queria Neme, levei todas as crianças. Agora eu vou morrer aqui ao lado do meu marido’. Fiquei quieto e disse somente o lugar que ela teria que ficar. A presença dela era tão importante quanto à do governador. Eu precisava usar a presença dele e dela. Ela não podia andar livremente por dentro do Palácio. Enquadrei ela no meu dispositivo.”





O comandante do III Exército, General Machado Lopes, encontra-se com o governador Leonel Brizola e visita o Porão da Legalidade









Militares recebem
combustível e munição
durante a Campanha
da Legalidade







O governador Leonel Brizola e o comandante do III Exército, General Machado Lopes, recebem o vice-presidente João Goulart no seu retorno ao Brasil



A volta de
Jango

Índio Vargas, advogado e jornalista

O advogado Índio Brum Vargas, que na época do Movimento da Legalidade, atuava como repórter do Diário de Notícias, em Porto Alegre, integrou-se à resistência democrática, liderada pelo então governador Leonel Brizola. Índio Vargas havia recebido uma determinação especial do diretor do Diário de Notícias, Ernesto Corrêa: “tu tem que acompanhar passo a passo os movimentos do Brizola, senão tu não vai arrumar notícia nenhuma”. E por isso, relata com exatidão como foi o episódio da requisição da Rádio Guaíba por Brizola. “O presidente Jânio Quadro renunciou e, imediatamente, o Odílio Denys, que era o ministro da Guerra, expediu uma ordem para todas as unidades do Exército dizendo que era inconveniente a posse do vice-presidente João Goulart. O Jango estava fora do país, em visita oficial à China Comunista”, relembra. Índio Vargas, que mais tarde publicou três livros: “Guerra é guerra, dizia o torturador”, “Momentos perfeitos no tempo da ditadura” e “A guerrilheira: mistério e mortes na Ilha do Presídio”, conta que o Marechal Teixeira Lott, que havia sido candidato à Presidência da República e fora derrotado pelo Jânio, lançou um manifesto defendendo a posse do Jango. “O jornalista Hamilton Chaves, do Gabinete de Imprensa do Palácio Piratini, distribuiu o manifesto do Marechal Lott para todas as rádios como matéria paga. A Rádio Guaíba, embora sendo matéria paga, não publicou”. O general comandante do III Exército – prossegue Índio Vargas – quando viu que as rádios tinham transmitido uma manifestação que ia contra a opinião e a decisão do Ministério da Guerra, deu ordem para que se tirasse do ar as estações. “Só não tirou do ar a estação que não transmitiu tal manifesto, que era a Rádio Guaíba. Informaram o governador Leonel Brizola sobre isso. O Brizola então pensou: ‘temos que fazer um arranjo jurídico aí pra eu requisitar a rádio Guaíba’. Ele mandou lá no Correio do Povo, ao Breno Caldas, um pelotão da Brigada armado com metralhadoras. E a Guaíba passou então a transmitir do Palácio Piratini”, relata. Durante o período do Movimento da Legalidade, Índio Vargas foi cativado pela maneira pela qual Brizola articulava, falava com os generais, com as instituições. “A impressão que tive é de que, logo no início, quando Brizola começou a chamar o povo para resistir, muitos achavam aquilo um episódio passageiro, um simples jogo de retórica. Mas a coisa foi muito bem feita, adquiriu um tom dramático. A capacidade de apelo de Brizola de chamar pelas manifestações populares era forte”, comenta. “Aquilo me comoveu e eu passei para o lado dele”, conta Índio Vargas ao lembrar que a Legalidade foi um marco na sua vida. Depois disso, decidiu fazer parte de um partido político e foi para o PTB.





Grande expectativa na volta de João Goulart se refletiu em ampla cobertura da imprensa











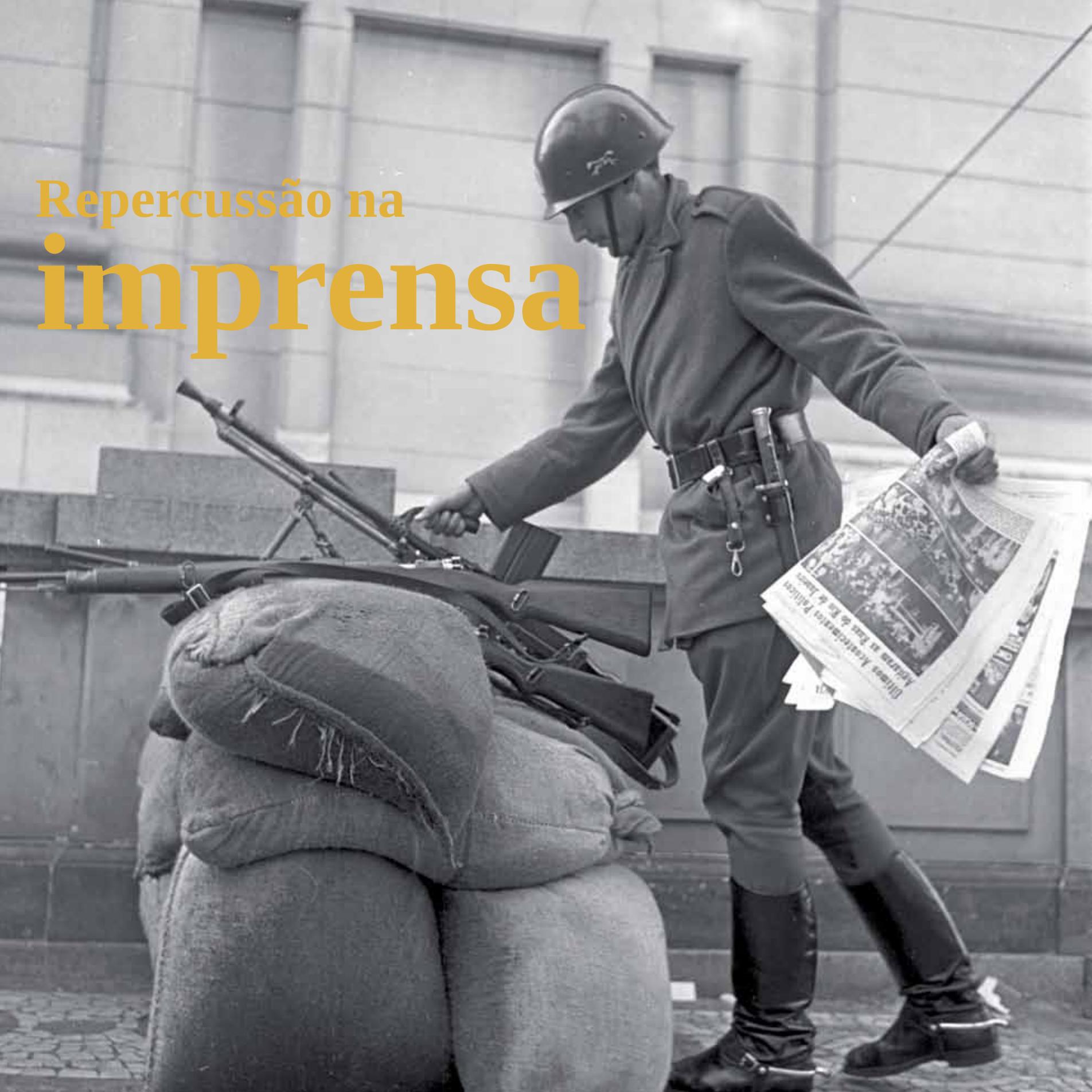




Desfile da chegada do presidente
João Goulart e do primeiro-ministro
Tancredo Neves em Porto Alegre
levou a população às ruas



Repercussão na
imprensa



Carlos Bastos, jornalista

Um dos 400 profissionais de imprensa credenciados para fazer a cobertura da Campanha da Legalidade no Palácio Piratini – entre brasileiros e estrangeiros – o repórter Carlos Bastos, do jornal Última Hora, acompanhou do início ao fim o movimento organizado pelo então governador Leonel Brizola. O jornalista, que ainda se emociona ao ouvir o hino da Legalidade ou trechos do discurso de Brizola, lembra que o movimento mobilizou a população gaúcha como poucas vezes se viu na história do País. “Tenho partido (PDT), fui colunista político, conselheiro do Grêmio, dirigi clube de esportes, e sempre tive um galardão na minha profissão: ir em busca da isenção, procurar não misturar minha paixão clubística, minha filiação partidária e a atividade profissional. Mas sou obrigado a confessar que no episódio da Legalidade foi a única ocasião em que eu fui mais militante do que jornalista. Em toda minha carreira, tenho 56 anos de profissão, o único episódio em que eu fui mais militante do que jornalista é o episódio da Legalidade”, admite. Surpreso com a notícia da renúncia de Jânio, Bastos não imaginava que a partir de 26 de agosto até 7 de setembro daquele ano a sua rotina seria marcada por idas e vindas entre o Palácio Piratini e sua casa. “Fui contra a posição do Jango de aceitar o parlamentarismo, inclusive me engajei no movimento de rebeldia dos jornalistas. Era incrível, até os jornalistas estrangeiros eram a favor da legalidade. Nunca vivenciei momento em que profissionais de imprensa se engajaram tanto no processo como no episódio da legalidade. Naquele momento, teve manifestação dos jornalistas. Fomos pedir para o Jango revisar a sua posição, mas ele explicou que não queria derramamento de sangue, que ele ia perder aceitando o parlamentarismo”, recorda. Envolvido com a cobertura da Legalidade, Bastos relembra a mobilização da população nas ruas da Capital e cita o pronunciamento de Brizola, que se seguiu à adesão do General Machado Lopes à Legalidade, e o movimento dos sargentos da base aérea de Canoas como os principais episódios daquela época. “Um dado que me impressionou foi que sempre tinha povo na frente do Palácio, principalmente no domingo, quando foi instalada a rede da Legalidade. Vamos dizer que existiam cinco mil pessoas quando o Brizola começou tudo, aquele famoso discurso na segunda-feira, quando ele disse que o Palácio seria bombardeado. À medida que ele falou que o Palácio seria bombardeado, foi uma prova da politização e do engajamento do gaúcho nas lutas pela democracia”. E prossegue: “A praça se encheu. Ele terminou de falar e tinha umas 50 mil pessoas na frente do Palácio, num momento que as pessoas tinham que fugir, porque era o momento em que ameaçavam lançar bombas sobre o Palácio. Ao invés dos cinco mil que estavam lá irem embora, o número de pessoas aumentou dez vezes”, garante.



O grupo de choque da Guarda Civil quando, por ordem do Governo do Estado, ocupava os estúdios da Rádio Guaíba.

Rádio Guaíba Requisitada Pelo Governo do Estado

Cerca do meio-dia de ontem, um grupo de choque da Guarda Civil, armado de metralhadoras, ocupou os estúdios da Rádio Guaíba, situados no segundo andar do edifício da Cia. Jornalística Cai-

das Juntas. O comandante do pelotão, acompanhado de dezesseis soldados, dirigiu-se ao prédio acompanhado pelo próprio Governador do Estado, sr. Leonel Brito, e no qual comunicou que a partir daquele momento a Rádio Guaíba passava à disposição da Secretaria de Segurança Pública. Acrescentou que a emissora passaria a ser operada di-

do que, para esse fim, fosse estabelecida ligação direta entre a sede do governo e o transmissor da rádio, na Ilha da Pinhada.

Logo após houverem sido tomadas as providências determinadas pelo governo e uma vez desligados os estúdios da Rádio, com a instalação do microfone e do equipamento de controle no

Palácio do Governo, a força no

Pinhada, onde ainda permanece montando guarda.

DEMAIS EMISSORAS ESTIVERAM FORA DO AR: GAUCHA FECHADA

As demais principais emissoras da Capital, Rádio Parroquia e Rádio Difusora, estiveram parte da manhã e da tarde, por determinação das autoridades federais, fora do ar, voltando, porém, às suas transmissões normais. A Rádio Gaúcha, entretanto, continuou até o momento

Fôlha da Tarde

REVELA-SE EM S. PAULO: INTERVENÇÃO NA GUANABARA

MOTIVO DA RENÚNCIA DE JÂNIO

ÚLTIMOS INSTANTES DE

Fôlha da Tarde

EXPECTATIVA GERAL PELO REGRESSO DE JOÃO GOULART

JANGO EM EURIQUE

NOTA DO III EXERCÍCIO

ORDEM LEGAL

JANGO: "EU SOU A LEGALIDADE"!



ÀS 22 horas João Goulart concedia entrevista coletiva a mais de trezentos jornalistas, no hall do aeroporto de Caracas.

MONTUÍDOU, 1. (Por Otávio Machado e Adolfo Vasconcelos, enviados especiais de UH). Fogo 15 horas quando a porta do avião se abriu e Jango apareceu, para a surpresa generalizada.

— Eu sou a legalidade!

Trentos jornalistas estavam no Aeroporto de Caracas, a espera da primeira manifestação de Jango. Jango estava imóvel e silencioso, sempre para os jornalistas, na a descoberta e silêncio para o latido da palavra, onde Jango alguns minutos conferenciou com Honório Martins Mendes, Ministro do Turismo, e com o Coronel João César da Graça, presidente da Associação Brasileira de Jornalistas. Jango permaneceu em silêncio.

Barreira Policial em Caracas

A polícia venezuelana impediu a aproximação de Jango ao aeroporto de Caracas, impedindo-o de sair do país. Jango permaneceu no aeroporto de Caracas, impedido de sair do país. Jango permaneceu no aeroporto de Caracas, impedido de sair do país.

Voltarei nas Próximas Horas

Primeira vez que Jango falou ao rádio em Caracas, depois de 15 horas de silêncio. Jango falou ao rádio em Caracas, depois de 15 horas de silêncio.

— Voltarei ao Brasil nas próximas horas, antes que ocorra alguma mudança no governo de Lázaro Chacón.

— Depois de chegar a cidade de Caracas, onde eu fui recebido por Jango, fui recebido por Jango, fui recebido por Jango, fui recebido por Jango.

Jango Comenta a Situação

Por aqui, Jango teve tempo de conversar com a imprensa local, mas não se deixou levar.

— Não vou deixar ninguém falar por mim. Vou permanecer aqui até que a situação se resolva.

— Estou aqui porque não quero deixar o Brasil sem um presidente legítimo.

— Estou aqui porque não quero deixar o Brasil sem um presidente legítimo.

Vão Dramático Dentro da Noite

Logo após a chegada de Jango a Montevideo, o governo local anunciou que não reconheceria Jango como presidente legítimo. Jango permaneceu em Caracas, impedido de sair do país.



JOÃO Goulart com a jornalista da revista de arte que o levou a Montevideo, Yolanda, antes de voltar ao aeroporto.



JANGO no aeroporto de Caracas, com a jornalista de UH, quando chegou a hora de voltar para Caracas, para não dar mais notícias.

Jornal Última Hora - RS

Última Hora
HORTA RESPONDE A LACERDA: A MENTIRA PRECISA ACABAR!
NOVO PRESIDENTE JÁ SAIU DE SINGAPURA RUMO AO BRASIL!
JANGO A UH: "MEU DEVER É ASSUMIR!"
AMANHÃ
LEIA COBERTURA NAS PÁGINAS 2, 3, 4, 5, 6, 9, CENTRAL E 18

JANGO: VOU VOLTAR PARA ASSUMIR OU MORRER
Última Hora
EXTRA
BRIGADA: BALUARTE NA DEFESA DA ORDEM E DA LEI!

OS DOZE DIAS QUE ABALARAM O PAÍS



DEVIDO à proximidade dos acontecimentos, não se pode por em problema dizer sobre o sentido dos movimentos de resistência legalista, que se abateu no Sul do País, graças à atitude inesperada do novo Governador Luizcel Bruschi, quando, após a renúncia de Sr. Janio Quadros, transiu-se em golpe a fim de impozi a posse do presidente constitucional da República. Contudo a História poderá, daqui alguns tempos, nos fornecer uma interpretação de que foi realmente isto movimento que secolou em uma nação inteira. Nossa posição agora, como encetados de transmitir alguns sinais aos leitores, é semelhante à do governador que se trata de um teatro, encenado como se via e com os olhos ainda quanto dos aplausos. Se investigado, quase nada poderá dizer sobre a peça apenas abri-la, ou mantê-la em segredo.

E se quer fazemos nas páginas que seguem.

Reportagem de Antônio Guelfi, A. Edison Salazar de Souza, Carlos Furemberg, Ney Furemberg, Tullius Furlan, João Viana e Sérgio de Inverno do Palácio Presidencial.

Crônicas sobre os acontecimentos trazem nos próximos detalhes de acontecimentos ocorridos no dia 20. E, no mesmo dia, o Governador Luizcel Bruschi fez saber a renúncia de sua atitude e apela para que a Constituição seja observada.



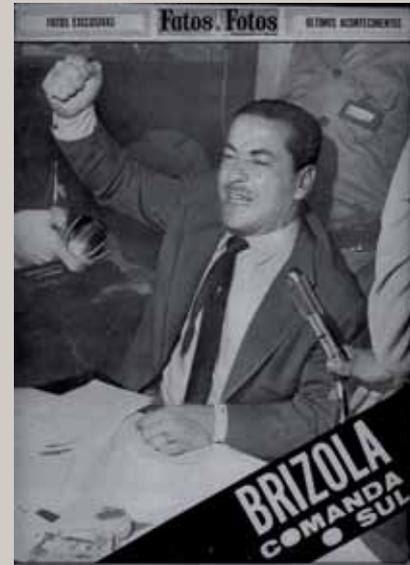
Do Palácio Piratini, sede do governo carioca, partiu em 20 de maio impressionantes movimentos de resistência legalista: atraída para lá as atenções dos porto-alegrenses e do País inteiro. Sem dúvida alguma, fuzilou na História.

Revista do Globo



SEM A ENERGIA DE BRIZOLA, QUAL SERIA O DESTINO DO PAÍS?

Revista Fatos e Fotos





Revista Manchete



Revista Mundo Ilustrado



Revista O Cruzeiro



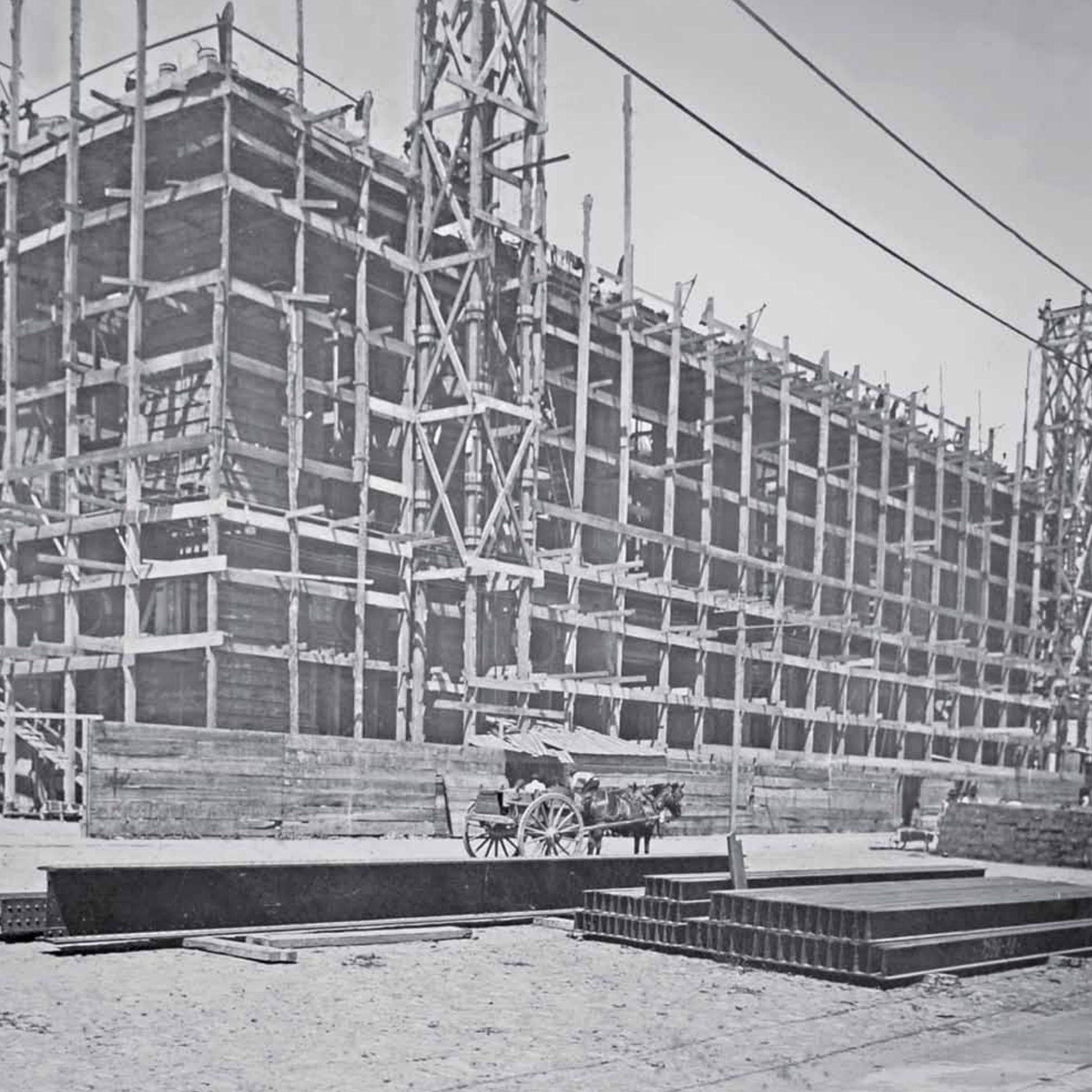
90
anos
do Palácio
Piratini



Um pequeno relato do processo de construção e ornamentação do Palácio Piratini revela que sua história se inicia com o projeto não realizado de Álvaro Nunes Pereira, em 1883, passou pelos projetos de Hebert Alphonse Dinis (1896) e de Augustin Rey (1908), e conclui-se com o projeto do arquiteto francês Maurice Gras (1909). Suas fundações começaram a ser construídas em 1896 com base no projeto arquitetônico de Dinis que possuía planta semelhante à apresentada por Nunes Pereira, com o acréscimo de um porão no subsolo. As pedras dessa primeira fundação vieram do Estado do Rio de Janeiro com a justificativa de que as pedreiras do Rio Grande do Sul não produziam com a qualidade adequada. Em 1903, com a morte de Júlio de Castilhos, as obras ficam paralisadas. Em 1908, em concurso realizado em Paris, vence o projeto de Augustin Rey e A. Janin, que não chega a ser executado. Em 1909, é lançada a segunda pedra fundamental sob a batuta do francês Maurice Gras. Conforme alguns pesquisadores, por uma questão de qualidade, Gras exige materiais franceses para a construção. As pedras do Rio de Janeiro foram utilizadas só nas fundações. Em 1913, quando Borges de Medeiros assume, rompe o contrato com Gras e “nacionaliza” a obra. A Ala Residencial foi construída para a moradia do governador do Estado e família. Entre os anos 1919 e 1923, foram contratados os serviços de decoração das cinco salas principais do então designado Palácio da Habitação. Em 1950, Ernesto Dornelles contrata Aldo Locatelli para adornar os salões com afrescos referentes às artes e ao folclore gaúcho. Depois disso, o Palácio recebe construções significativas apenas no início da década de 70, com reformas nos jardins e ampliação das escadarias. Durante o Governo de Euclides Triches, foi construído o Galpão Crioulo, uma réplica dos abrigos das fazendas do Rio do Grande do Sul. A denominação Piratini foi adotada em 1955 pelo decreto do governador Ildo Meneghetti, numa alusão a cidade que sediou a primeira capital farroupilha em 1836.

Daliana Mirapalmete, historiadora









Índice de Fotografias

Banco de imagens do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

* Acervo fotográfico

Capa, páginas 17, 20, 21, 22 esq. inferior, 23, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 40 esq. superior, 40 dir., 41, 42 dir. inferior, 47, 48, 50, 51, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 78 esq. superior.

Equipe de fotógrafos do Palácio Piratini atuantes na gestão do governador Leonel Brizola: Carlos Contursi; Diógenes Oliveira; Alberto Serrano; Pedro Flores; Santos Vidarte; Lemyr Martins.

*Acervo de jornais e revistas: Fatos e Fotos, Folha da Tarde, Manchete, Mundo Ilustrado, O Cruzeiro, Revista do Globo e Última Hora-RS.

Páginas 70, 71, 72, 73, 74, 75 (reproduções).

Banco de imagens Agência RBS

Páginas 18, 22 esq. superior, 24, 25, 26, 27, 40 esq. inferior, 42 esq. inferior, 43, 44, 45, 46, 52, 53, 54, 55.

Banco de imagens Museu da Brigada

Páginas 35 e 42 superior.

Banco de imagens do Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Páginas 76 e 77 (João Alberto Fonseca da Silva/acervo ASSARQ), 80 e 81 (Claudio Fachel, Camila Domingues e Eduardo Seidl).

Acervo Iconográfico do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Páginas 78 inferior e 79 (Atelier Irmãos Ferrari).

Corag 
Companhia Rio-grandense
de Artes Gráficas

Imprensa Oficial do Estado
do Rio Grande do Sul

ISBN 978-85-7770-125-4



50 ANOS DA LEGALIDADE

O Rio Grande na luta pela liberdade.

REALIZAÇÃO:

APOIO:



Secretaria de Comunicação
e Inclusão Digital
Secretaria da Cultura

